

Insulto à inteligência do contribuinte

Estudo técnico do Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais da Câmara dos Deputados e do Grupo de Política Fiscal do Senado demonstra que o governo já trabalha com a meta de superávit primário de 4,5% do PIB. A meta formal definida para o superávit primário (receita menos despesa, sem incluir o pagamento dos juros), ainda é de 4,25% do PIB.

A diferença, porém, não é de somenos. Apenas em reserva financeira para o superávit, o governo já alcançou neste ano R\$ 4,2 bilhões, equivalente a 0,21% do PIB. Esse número equivale a cerca de um quinto do orçamento do Ministério da Educação, por exemplo. E é só o começo. Até o final do ano, a projeção é de uma reserva de R\$ 6,4 bilhões.

A equipe econômica observa o cenário político e fala em "blindagem", via exacerbação dos fundamentos da economia, para se proteger de qualquer sobressalto. Superávit primário maior é só o primeiro passo. A equipe econômica, no entanto, já discute metas nominais para o resultado das contas públicas. É diferença significativa.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reconheceu que

a proposta de superávit nominal passou a freqüentar as "alternativas" do governo para obter controle mais rígido das contas públicas. Superávit nominal quer dizer aperto de cinto muito maior nas despesas do Estado por incluir os gastos com juros no aperto fiscal. Bernardo insistiu em que o governo não pre-

Aceitar o superávit nominal, incluindo o pagamento dos juros, terá graves reflexos na decisão de investir e de abrir postos de trabalho

tende incluir a meta de resultado nominal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem, afirmando que o ajuste "é uma coisa mais ampla".

Na expressão, cabe tanto o fim ou a redução das vinculações de receitas com gastos orçamentários, como os grandes cortes na quantidade de cargos em comissão. O fim das vinculações abriria guerra política sem precedentes com as bancadas (multipartidárias) com interesses na Educação e Saúde. No atual contexto, é quase uma hipótese sem chance. O corte na

quantidade de cargos não geraria suficientes recursos para alcançar o superávit nominal. Sobra, portanto, obter a meta nominal por intermédio de cortes fundos nas despesas de custeio e investimento do governo.

Nesse ponto mora o perigo. Falar em meta nominal significa pagar inteiramente, e em curto prazo, todo o custo anual da dívida pública. Em números, no ano passado, os gastos com juros totalizaram R\$ 128,7 bilhões. O Brasil destinou para tal pagamento a quantia de R\$ 81 bilhões, resultado das diferenças entre receita e despesa das contas públicas. O que faltou, os R\$ 47 bilhões, foi contabilizado como déficit nominal, o que representou 2,66% do PIB de 2004.

Se, por hipótese, o País já estivesse obrigado a ter superávit nominal, esse déficit não poderia existir e a receita do governo deveria obrigatoriamente cobri-lo. Para avaliar o que R\$ 47 bilhões significam nas contas públicas, tal valor representa quase a soma dos recursos totais dos ministérios da Saúde e da Educação. Este valor é apenas 10% menor que o orçamento do Ministério dos Transportes.

Aceitar o superávit nominal terá graves reflexos no mundo real, principalmente na decisão de investir e abrir postos de trabalho. No ano passado, a conquista do superávit primário significou zerar os investimentos em saneamento básico, com sérios prejuízos para toda a indústria de infra-estrutura.

Se os investimentos oficiais tiverem de ser reduzidos em proporção ainda maior para gerar o pretendido superávit nominal, a derrubada na expansão do PIB deste ano será também muito maior do que a queda já prevista. Para 2006, tal decisão esfriará a confiança na expansão da construção civil. O nome desse processo, sem dúvida, é recessão.

Antes de investir em sacrifícios imensos para gerar superávit nominal, não seria mais prudente, ao menos, na atual conjuntura, propor diminuir o gasto com o pagamento dos juros. Tal sugestão teria, ao menos também, o poder de não irritar demais os espíritos, inibindo a queda de confiança. Estaria longe do ideal, mas evitaria o risco da provocação e do insulto à inteligência do contribuinte.